

# GRANDES OBRAS AMEAÇAM AMAZÔNIA

O impacto sobre o ambiente dos grandes projetos implantados na região — foi este o tema dominante no V Encontro de Pesquisadores da Amazônia, realizado em Manaus entre 25 e 27 de julho. Promovido pelo Protocolo de Integração das Universidades da Amazônia Legal, o encontro contou com a participação das universidades brasileiras que compõem o protocolo (do Pará, do Acre, de Rondônia, do Maranhão e de Mato Grosso), das universidades do Pacto Amazônico (Colômbia e Peru), do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), do Museu Emilio Goeldi e de representantes dos ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia.

A finalidade desses encontros é avaliar a produção científica da região, dar a conhecer o que já foi feito e o que está sendo feito; debater temas relevantes para o avanço da pesquisa e fixar uma política científica integrada para a Amazônia. No V Encontro, que reuniu mais de 400 pesquisadores, foram apresentados 252 trabalhos.

Do conjunto dos trabalhos e discussões, ressaltou que todos os grandes projetos instalados na Amazônia — hidrelétricas, em-

presas de extração de minério, empreendimentos colonizadores, entre outros — provocaram a destruição social, cultural e econômica das populações nativas, indígenas ou não, das áreas em que se localizam. Criticou-se, sobretudo, que tais projetos não tivessem sido amplamente discutidos antes de implementados. Em consequência, a crítica é sempre *a posteriori*, quando a obra já está em fase final e é irreversível. Entre outros, os ecologistas só são chamados a opinar quando os danos ao meio ambiente se tornaram incontroláveis. Pior: os benefícios gerados pelos grandes projetos são canalizados para o Sul do país, ficando os habitantes da região obrigados a viver num meio ambiente degradado.

O reitor da Universidade do Amazonas, Roberto Vieira, chamou a atenção para o fato de que o Brasil tem vasta legislação sobre o assunto, mas carece do aparato institucional capaz de garantir as ações de preservação. A seu ver, nenhum projeto deveria ser financiado sem ser previamente analisado e apresentado à comunidade, de cuja concordância deveria depender sua implantação.

Vários casos de destruição do meio ambiente foram expostos. Um deles foi o da Mineração Rio do Norte, que extrai e beneficia bauxita em área próxima ao rio Trombetas. Embora envolva tecnologia sofisticada, o projeto não dá nenhum tratamento aos seus dejetos, lançando-os diretamente, à razão de dois milhões de litros por hora, nos igarapés e lagos das proximidades. O igarapé Caraná, onde de início a mineradora jogava seus dejetos, está simplesmente morto, cheio de lama, sem fauna ou flora. Em vista disto, a empresa resolveu estender seu esgoto até o lago Batata, onde agora se reproduz o ecocídio.

Os efeitos deletérios da implantação da Albrás-Alunorte foram também evocados. Os habitantes da região, dedicados à agropecuária, foram obrigados a se mudar ou a trabalhar nas obras de instalação do projeto como assalariados, num processo que gerou a desarticulação social de milhares de pessoas. Lembrou-se ainda que a instalação da hidrelétrica de Tucuruí custou o deslocamento de 150 mil habitantes das margens do rio. Eram agricultores, com tradição cultural no lugar, que foram transferidos para beiras de estrada, sem sequer uma indenização condizente.

As hidrelétricas já construídas e em construção na Amazônia mereceram críticas severas, a despeito da presença de assessores da Eletronorte. O pivô da discussão foi a hidrelétrica de Balbina, próxima a Manaus, que tem 75% das suas obras civis já concluídas. A usina está sendo combatida não só pelo mal que causará aos habitantes da região (380 índios Waimiri-Atroari) como pelo efeito que terá sobre o meio: 2.360 km<sup>2</sup> serão alagados, matando flora e fauna, para gerar a energia correspondente a 60% do consumo atual de Manaus.

Quanto aos recursos para a atividade científica, o diretor do INPA, Herbert Schubart, mostrou-se esperançoso com relação à promessa do presidente José Sarney de aumentar para 2% do PIB os investimentos em pesquisa, que hoje andam por volta de 0,5%. Warwick Kerr, da Universidade do Maranhão, reforçou a urgência de se aumentar o número de professores e alunos na região, estagnado há dez anos. Reivindicou também a implantação de mais cursos de pós-graduação na Amazônia, para que a comunidade científica se torne menos dependente, em termos de aperfeiçoamento do conhecimento, do Sul do país.

### Núcleo de Difusão Tecnológica

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia



foto Luiz Claudio Margo

Mata amazônica às margens de um igarapé no rio Negro (AM).